
EDITORIAL

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulgou em julho p.p. o resultado da avaliação dos cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, relativo ao biênio 1994-1995. De um total de 1.546 cursos (1.036 mestrados e 510 doutorados) avaliados com conceitos variando de A a E, apenas 91 deles (77 mestrados e 14 doutorados) - cerca de 6% - receberam conceitos D ou E. Considerando a situação atual do sistema de ensino superior do país, bem como o baixo nível de investimento do Governo Federal e de vários Estados em pesquisa, o resultado da avaliação foi altamente satisfatório para os cursos de Pós-Graduação. Entretanto a mídia, em sua cruzada contra o ensino superior, destacou apenas os cursos com baixo desempenho, produzindo editoriais e reportagens com títulos do tipo *Educação Reprovada* ou *Pós-Graduação Perde Qualidade*. Atitudes deste tipo certamente não contribuem para o aprimoramento do sistema de pesquisa e pós-graduação e, muito menos, para a melhoria do processo de avaliação.

No caso específico da área de Química foram avaliados 61 cursos de Pós-Graduação, sendo 36 Mestrados e 25 doutorados. Destes, 38 cursos, representando 62% do sistema, são A e B (23 Mestrados e 15 Doutorados). Entre os cursos de Pós-Graduação em Química não existem D ou E, o que leva a concluir que a Pós-Graduação em Química foi aprovada plenamente na avaliação. Após o primeiro sentimento, de euforia, precisamos refletir profundamente sobre o significado desta avaliação, bem como sobre os instrumentos utilizados.

O resultado da avaliação dos cursos de Pós-Graduação pela CAPES tem se tornado um marco de qualidade e vem sendo utilizado como referencial em várias situações, principalmente em ações de fomento de agências federais e estaduais, na concessão de bolsas de estudo e na concorrência a editais

no âmbito de programas do tipo PADCT e PROIN. Um resultado de avaliação com a importância do atribuído ao da CAPES precisa estar garantido por procedimentos de avaliação bem definidos, sob pena de propagar distorções. Por outro lado, a CAPES tem divulgado amplamente o perfil dos cursos de nível A, sem contudo existir um perfil para os cursos de nível B, C, D ou E. Outro aspecto importante é a inexistência de correlação entre os conceitos atribuídos a cursos de áreas distintas. Vale ressaltar que o percentual de cursos A e B apresentado pela área de Química não está entre os maiores do sistema global de Pós-Graduação.

Uma avaliação conduzida sob a pressão do fomento pode levar as comissões de avaliação a procurar demonstrar, sempre, um crescimento em suas respectivas áreas, evitando possíveis penalizações futuras em função de um desempenho menor quando confrontado com o sistema global. Por outro lado, os cursos de Pós-Graduação podem ser induzidos a preparar relatórios unicamente destinados a obter uma boa conceituação, utilizando-se de recursos desaconselháveis como, por exemplo, ter um corpo docente real e outro para a CAPES; relacionar publicações que não foram efetivamente desenvolvidas no âmbito do curso; alterar a forma de contagem do tempo dos estudantes no curso, visando demonstrar tempos de titulação menores do que o real etc.

A avaliação dos cursos de Pós-Graduação pela CAPES tem desempenhado um papel muito importante na consolidação e aprimoramento do sistema. Entretanto o seu futuro pode estar comprometido pela pressão do fomento e, talvez, pela possibilidade de vícios no modelo utilizado. No momento torna-se necessário ampliar o sistema de avaliação através da utilização de instituições e critérios não atrelados ao fomento. Neste caso, a Sociedade Brasileira de Química poderá ter um papel pioneiro, iniciando um levantamento independente da área.

Jailson B. de Andrade
Presidente da SBQ